

Quando um(a) católico(a) é considerado(a) desviante...

Confesso que, quando recebi o convite do movimento “Sopro”, fiquei um pouco atrapalhada: trabalho bastante sobre as questões do género, mas mais numa perspectiva feminista. Fiquei aliviada quando entrei na sessão e percebi que se tratava de um diálogo no qual todos participavam, na base de trocas de experiências de exclusão ou de inclusão: exclusão de estruturas e inclusões resultantes da compreensão do fundamental: Jesus não exclui ninguém. Olha para cada um e para cada uma como um ser humano. E esta frase, que pode ser óbvia, não o é para todas aquelas e todos aqueles que consideram pessoas LGBTQIA+ “pecadores” (algo que, infelizmente, ainda é visto desta maneira por muitas cristãs e muitos cristãos!) Como é possível dizer a um(a) crente que não o pode ser, porque a Igreja que invoca Jesus (que nem sequer falou de questões de sexualidade – diga-se), assim o repete há séculos? Penso que terá sido a primeira vez que vi com clareza o motivo pelo qual o discurso oficial da Igreja fala das questões de identidade de género como “uma escolha”. De repente, a lógica tornou-se cristalina: se a heterossexualidade é vista como correspondendo ao plano de Deus, portanto, não é uma escolha, tem que se dizer que quem não é heterossexual “escolhe” não o ser, como se se tratasse de um gosto, uma opção, uma “moda”. Afirmar isso significa precisamente que quem o é não corresponde ao plano “natural” de Deus - que é a heterossexualidade. Devo a este encontro com o movimento “Sopro” esta “iluminação”. Fico-vos muito grata!

“Existir só para atrapalhar” é alguma coisa que tem uma longa história na Igreja: as mulheres também existem para “atrapalhar” o discurso androcêntrico. Aliás, S. Agostinho, quando se converteu (depois de uma vida na sua juventude à qual a Igreja colocaria muitas reticências, nomeadamente, no que dizia respeito ao “conhecimento” de mulheres!), colocou-se essa mesma pergunta: “para que servem as mulheres?” E elaborou uma teologia baseada numa leitura porventura descontextualizada de um texto de S. Paulo. As mulheres existem para serem mães. Caso contrário, não conseguem desvincular-se da inutilidade que resulta de não serem homens. Mais, as mulheres são todas descendentes de Eva: essa é a sua “culpa” original, da qual, segundo S. Agostinho se poderão libertar se forem mães. Caso contrário, são seres perigosos, tentadores, que só atrapalham a ordem patriarcal. Então, exalta-se a maternidade como uma espécie de “moeda de troca” para se ser aceitável. E esta questão, que hoje não é formulada desta forma crassa e crua, prossegue na crítica radical à chamada “ideologia de género” – terminologia inventada pela Igreja Católica, cega à sua própria ideologia. A Igreja

Católica luta por toda a parte do mundo contra aquilo que designa como “ideologia de género”, mas, de facto, o discurso da Igreja Católica acerca das mulheres e dos grupos já mencionados é ideológico: é prescritivo, normativo, acusador das dissidências relativas à resposta a esta pergunta que se coloca a cada um(a): “quem sou eu?” A questão prévia a pensar “para que sirvo” ou “o que quero fazer da minha vida” é esta: “quem sou eu?” Quem tem autoridade para me impor uma normatividade que faz de mim alguém “desviante”? Estas questões levantaram-se durante o encontro e devo dizer que fiquei de tal maneira impressionada com uma frase de uma das pessoas que estavam a participar que ela se “colou” àquilo que eu penso quando penso, agora, no sofrimento que não sou, sequer, capaz de medir, de pessoas que têm de viver de facto “dentro de um armário”, mas que têm a coragem de dizer: “a minha experiência de crente tem autoridade, isto é, credibilidade, porque é a minha verdade”. É provável que a frase não tenha sido dita textualmente assim, mas penso que não estou a fugir ao seu sentido geral. Sim. A experiência de cada crente constitui a verdade de si mesmo. As mulheres também levaram séculos para serem consideradas tão cristãs como os homens cristãos (e o percurso está longe de ter atingido o reconhecimento pleno, embora o Papa Francisco vá abrindo portas). Essa desigualdade na identidade cristã revela-se de maneira crassa no seguinte: para os homens, existem 7 sacramentos. Para as mulheres, pelo facto de o serem, só existem 6, porque Deus só chama homens (que Deus com tão pouca imaginação e que estruturas eclesiais tão imaginativas para criarem argumentos cujo objetivo é mesmo legitimar a ordem existente!).

Esta pressão para a “conformidade” recorrendo a uma argumentação “querida por Deus” deve causar um sofrimento enorme a quem é católico(a) e faz uma experiência de ser atirado para fora, para as margens, apesar de que, ver o mundo a partir das margens foi uma das coisas que eu aprendi e que tomo como perspectiva. Vemos mais a partir das margens: vemos o que é silenciado, invisibilizado. Mas esta visão tem de nos levar também a decisões e a ações. E uma delas é tentar arranjar forma de nos fazermos ouvir dentro da família que parece considerar quem adota essa atitude como “o patinho feio” ou “a ovelha ranhosa” – lá está: aquelas e aqueles que atrapalham.

Por último, gostaria de acrescentar o seguinte: o reconhecimento do igual direito das mulheres aos ministérios ordenados não significa necessariamente que a pessoa os queira para si. O reconhecimento da identidade cristã seja qual for a identidade sexual não é um problema das mulheres ou um problema das pessoas LGBTQIA+. É um problema da Igreja. Deve tocar a todas e a todos: enquanto houver identidades

marginalizadas “em nome” de Jesus, que não marginalizou ninguém, há qualquer coisa que não está bem na Igreja a que pertencemos...